

## Há mais gente a trabalhar entre os maiores de 60

Os objetivos de fazer adiar a idade efetiva de reforma e aumentar a taxa de emprego entre os trabalhadores com mais idade, conforme recomendação feita pela OCDE, estão a ganhar terreno. Os últimos dados publicados pela organização, indicam que a taxa de emprego entre as pessoas de 50-64 anos, passou de 55,6% em 2001, para 61,2% em 2011. Ao mesmo tempo, a idade efetiva média na qual se reformam os trabalhadores, aumentou ligeiramente no mesmo período: nos homens, de 63,1 anos para 63,9; e, nas mulheres, de 61,1 para 62,8.

Os dados indicam haver grandes diferenças entre países relativamente à percentagem de trabalhadores de 60-64 anos no ativo, proporcionalmente à população total dessas idades. A média da OCDE subiu de 32,5% para 40%. Mas a média encobre situações muito diferentes: desde 63,4% na Suécia, para apenas 18,8% em França. Na Suécia, a idade oficial de reforma são os 67 anos, enquanto, em França, Sarkozy fê-la adiar em 2010, dos 60 para os 62 anos.

Em Espanha, a percentagem de trabalhadores com 60-64 anos relativamente à população total dessa faixa etária, aumentou de 29,2% em 2001, para 32,7% em 2011. Perante as dificuldades que se previam para garantir o sistema de pensões, o governo de Rodríguez Zapatero aumentou em 2010 a idade oficial de reforma dos 65 para os 67 anos, medida que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013 e se aplicará de modo gradual durante 14 anos. A idade efetiva de reforma em Espanha é de 63,9 anos, abaixo da idade oficial (65 anos), mas também a mais alta da UE, onde a média é de 61,4 anos.

Agora, o governo de Rajoy – que então votou contra o adiamento da idade da reforma – quer estreitar mais a margem entre a idade de reforma legal e a real, e assim o prometeu a Bruxelas no quadro dos planos de ajustamento orçamental. Entre os seus planos, está suprimir a reforma parcial e adiar a reforma antecipada (possível agora a partir dos 61 anos, em determinadas circunstâncias). Em 2011, 59% das reformas aconteciam aos 65 anos, enquanto as restantes eram antecipadas.

Apresentamos dados da OCDE, publicados em “Aceprensa”:



Atualmente, o gasto com pensões é a principal parcela do orçamento espanhol e corresponde a 10% do PIB. Com o aumento do desemprego e a descida dos salários, a Segurança Social está a ter menos receitas e entrou em défice, o que a obrigou a recorrer a 3.000 milhões de euros do fundo de reserva (o máximo que é permitido utilizar anualmente).

De qualquer forma, em Espanha, apenas uma em cada três pensões ultrapassa os 1.000 euros mensais.

As perspetivas para o futuro indicam que as pensões públicas vão cobrir uma percentagem do salário menor que a atual. Daí, a OCDE ter vindo a sugerir que as pensões públicas sejam complementadas com os planos de pensões privados, que já são obrigatórios em 13 países e muito recomendados noutros. Em Espanha, descontam para um plano deste tipo, 22% dos trabalhadores.

Também publicados na “Aceprensa”, eis alguns dados:



Nos últimos tempos, segundo dados disponibilizados pela OCDE, os ativos dos fundos de pensões atingiram os 20,1 milhões de milhões de euros em 2011, equivalentes a 72,4% do PIB da zona OCDE.

Mas a rentabilidade dos planos de pensões privados não está garantida. Em 2011, os rendimentos dos investimentos destes planos foram negativos (-1,7%). A mediocridade destes resultados explica-se pela queda das Bolsas e pela debilidade das taxas de juro.

Os fundos de pensões registaram os seus melhores resultados na Dinamarca (12,1%) e na Holanda (8,2%). Pelo contrário, em Espanha, Estados Unidos, Itália e Japão, os rendimentos foram negativos, situando-se entre -2,2% e -3,6%.

(com autorização de [www.aceprensa.pt](http://www.aceprensa.pt))

## Como a FIV quase me custou o casamento

Após quatro anos de tratamento, Tamara Sturtz conseguiu por fim ter uma filha por reprodução assistida. Embora se sinta feliz com o nascimento de Daisy, reconhece que lhe podia ter custado o seu casamento e pintou no "The Daily Telegraph" (27.11.2011), um panorama nada idílico daqueles anos.

"Cheguei com equilíbrio e cheia de esperança à montanha russa da FIV (fertilização *in vitro*). Mas à medida que passaram os meses e os tratamentos foram falhando, fui-me transformando em alguém completamente diferente. O meu marido Mike e eu tínhamos grandes expectativas, mas quando o primeiro ciclo de fertilização *in vitro* falha, parte-se-nos o coração. Com o segundo ciclo falhado, fui-me abaixo".

Acabava por ficar horas a chorar no chão da casa de banho, com uma sensação angustiada de desespero. Por que me havia falhado o corpo? Porquê eu? Porquê nós? O Mike não sabia que mais podia fazer para me ajudar. Embora se recorra à FIV como parceira, cada pessoa reage de forma diferente; a FIV foi carregando de tensão o nosso casamento".

"O Mike pensou que o seu papel consistia em manter-se otimista, mas eu fui-me indo abaixo. Comecei a desviar para ele a minha ira, as minhas frustrações, a minha dor. Com o tempo, ele reagiu deitando a culpa para os tratamentos. Nessa altura, o amor, no nosso casamento, passava por uma crise. E, embora ele se esforçasse por apoiar-me, isso não era suficiente. Sei que havia situações em que a única coisa que queria era desistir e ir-se embora".

Ao longo desses quatro anos, a FIV passou a ocupar o centro da vida de Tamara e do seu marido. Mesmo as raras ocasiões

em que iam comer a algum restaurante, acabavam por lhes fazer recordar os abençoados ciclos, quando se cruzavam com carrinhos de bebés.

"Por fim, conseguimos ter aquilo que queríamos. Mas não podemos negar que se tornou um grande preço, tanto económico como – mais importante – emocional. Quase nos custou o casamento. E mesmo dois anos depois de tudo aquilo, ainda estamos a lutar para recuperar a nossa relação no estado em que estava antes de as nossas vidas terem sido consumidas pela FIV".

(Fonte: "The Daily Telegraph")

## Queremos a família, mas que dure

Quando o Estado intervém em assuntos familiares, muitos sentem um misto de inquietação e ceticismo, porque pensam no lar como o grande santuário da intimidade pessoal. Mas há países com uma longa tradição de prestações familiares, como a França, que contribuem de facto para que esse país esteja no pelotão da frente da natalidade europeia. Por isso, é preocupante o crescimento da instabilidade, uma inquietação partilhada pelas autoridades religiosas e políticas. Foram tornados públicos um relatório parlamentar e uma sondagem do Instituto Francês da Opinião Pública (Ifop) sobre este tema.

Perante o crescente número de divórcios, assim como do aumento de famílias monoparentais e "recompostas", com o consequente impacto nas vidas dos filhos e da sociedade em geral, os políticos veem-se obrigados a considerar o modo de favorecer a estabilidade do casamento. Os dois partidos franceses principais, PS e UMP, estão de acordo nos objetivos, mas diferem nas soluções. A diferença fundamental é que a UMP propõe revalorizar a instituição do casamento, enquanto que o PS não quer optar por nenhum modelo de conjugalidade.

As conclusões do grupo parlamentar de trabalho "Família", animado pelos deputados da UMP, Anne Grommerch e Hervé Mariton, dedicam bastante da sua reflexão ao tema "Estabilidade e perenidade da família: um bem para a sociedade". Apresentam de modo agudo o contraste da família duradoura com a monoparentalidade, origem e causa de pobreza, com um excessivo custo social.

As famílias monoparentais – na sua maioria, mães solteiras – exigem um maior apoio económico e laboral, assim como para a organização da vida familiar, especialmente no cuidado dos filhos. E, como sucedeu há alguns anos nos Estados Unidos, querem reavaliar as ajudas familiares às uniões

monoparentais, para evitar o risco – o efeito “perverso” – de agravar a irresponsabilidade dos protagonistas.

Outro fator negativo é o aumento dos divórcios e litígios acerca da custódia dos filhos. Embora possa parecer um exagero, os autores do relatório parlamentar consideram que essas atuações judiciais envolvem um encargo cada vez mais significativo (agora, de cerca de um terço) do orçamento do Ministério da Justiça. Segundo o INSEE (instituto de estatísticas), a França tinha já, em 2006, dois milhões de famílias monoparentais ou reconstituídas e, desde 2004, tem havido mais de 130.000 divórcios por ano. As famílias monoparentais são já 19%, mas a sua taxa de pobreza eleva-se a 46,2%, contra 7% para o conjunto dos cidadãos.

Mas, mais importante do que a descrição dos problemas, são as trinta propostas para promover uma família duradoura – embora não as partilhem todos os deputados da UMP: a revalorização da instituição do casamento; a manutenção das diferenças reais – também como fundamento de direitos – entre casamento, *pacs* (pacte civil de solidarité) e concubinato; a restauração de benefícios fiscais para os recém-casados; o desenvolvimento de uma política de apoio às uniões estáveis; o estabelecimento de uma espécie de pequenos cursos pré-matrimoniais nos municípios; a organização de cursos coletivos ou individuais para os casais que o desejem, a fim de fornecer pistas de reflexão de modo a construir uma convivência duradoura. Em resumo, tratar-se-ia de avançar na chamada terapia de casal e na mediação familiar, sem esquecer “o direito da criança a ter dois pais de sexo diferente” (critério decisivo para a adoção).

Também o PS quer manter as ajudas aos casais, como declara Jean-Patrick Gille, secretário nacional para a família, mas sem apresentar como modelo a instituição do casamento: “não cabe ao Estado impor uma forma de conjugalidade”, afirma. Deveria atender fiscalmente às diversas formas de união: *pacs*, casamento, uniões livres. Mais ainda, considera que as ajudas devem ser prestadas tendo em conta o indivíduo – pai, filhos –, não as relações humanas que estabelece ou nas quais participa. Conforme comentava Christine Legrand em “La Croix” (27 e 28.9.2011), antes de serem incluídas no programa do PS, essas propostas devem ser discutidas profundamente com as associações familiares, que não parecem, em princípio, muito favoráveis, precisamente porque implicariam aceitar o processo deconstrutivo da família.

As sondagens refletem opiniões contraditórias: a família é considerada elemento fundamental de felicidade e bem-estar, mas a instituição é afetiva, jurídica e economicamente cada vez mais frágil; ao mesmo tempo, as sondagens mostram a tendência para recusar ou adiar a assunção de compromissos definitivos.

A sondagem realizada pelo Instituto Francês da Opinião Pública (Ifop) para “La Croix” e a Conferência Episcopal, revela que 77% dos interrogados – 89% dos jovens entre os 25 e os 34 anos – “desejam construir uma só família na sua vida, permanecendo com a mesma pessoa”, ainda que apenas 55%

tenham considerado determinantes, para a sua decisão, as propostas de política familiar dos candidatos à eleição presidencial realizada no ano passado.

São interessantes as razões – também em *sensu contrario* – que na opinião dos inquiridos explicariam o aumento de ruturas familiares e divórcios: as pessoas esforçam-se menos para manter a convivência (50%); as mulheres trabalham mais e são mais independentes (43%; o argumento não é “sexista”, porque o invocam 50% de mulheres e só 35% de homens); há menos hipocrisia, e as pessoas não se sentem obrigadas a continuar juntas (36%); há mais dificuldades práticas em temas como habitação e trabalho (33%); a sociedade é mais tolerante com as separações (21%); confunde-se amor com paixão (18%); a educação dos filhos é mais complicada (14%); os meios de comunicação social não prestigiam o modelo de família tradicional (11%).

Entre as medidas que ajudariam a fortalecer os casais, mencionam-se: uma mudança global das mentalidades (33%); uma ajuda externa para que os casais discutam os seus problemas (28%); ajudas em temas como habitação e conciliação de trabalho e família (25%); acompanhamentos efetivos ao serviço da educação dos filhos (17%); revalorizar a instituição do casamento (15%); preparação prévia para a vida em casal e a assunção de compromissos (12%); que os meios de comunicação social deem uma imagem de felicidade na vida familiar (12%).

Em síntese, verifica-se um critério quase unânime acerca do benefício que pressupõe para a sociedade a estabilidade dos casais. O problema é como melhorar as ajudas de diverso tipo para conseguir que efetivamente a família dure no tempo, superando as dificuldades.

S. B.

## Contágio

### Contagion

Realizador: S. Soderbergh

Atores: Matt Damon; Kate Winslet, Jude Law

Duração: 106 min.

Ano: 2011

Um vírus desconhecido propaga-se rapidamente pela população mundial. Trata-se de uma epidemia que representa uma ameaça real, um caso de vida ou de morte.

O realizador aborda um assunto delicado, pois a analogia com a polémica originada pela “Gripe A” é imediata. Retrata essa “febre mediática” tanto pelo perigo real, como pela forma como foi anunciada e os negócios gerados... Neste filme observa-se passo a passo como vai sendo descoberta uma solução: a identificação do vírus, a procura de uma vacina adequada, a avaliação da sua eficácia, a posterior produção em larga escala e, por fim, a organização de um sistema eficiente de distribuição mundial.

Para cada um destes problemas vai sendo descoberta uma solução concreta pois sabe-se bem o que se procura atingir. No entanto, nem todos os resultados são obtidos de modo “correto” e, até pelo contrário, seguem métodos pouco habituais e até controversos. A situação é grave. A voracidade dos meios de comunicação alimenta a crise. As manobras de especuladores sem escrúpulos criam fatores que distraem em prejuízo da análise do autêntico problema. Mas são fatores que não se podem desprezar e ignorar. Só solucionando-os é que se acabará também por resolver a questão essencial...

Tudo depende de cada um reconhecer o que está ao seu alcance, enfrentando de modo realista os desafios com que se depara. Pequenos passos irão conduzir a grandes resoluções... a constância abre portas e fecha incógnitas atemorizadoras. Quando se confronta a realidade de um modo franco e direto, desaparecem os temores imaginários...



### Tópicos de análise:

1. Para atingir um objetivo, é necessário conquistar metas intermédias.
2. A confiança nos outros ultrapassa dúvidas paralisantes e anima a continuar.
3. Só identificando o fator-chave de uma questão, se poderá resolvê-la eficazmente.
4. A constância permite “acertar” o rumo através de uma avaliação constante.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE